

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE GARANHUNS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Erica da Conceição

**A PRESENÇA DO EDUCADOR DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Garanhuns
2018

Erica da Conceição

**A PRESENÇA DO EDUCADOR DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia pelo curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/ UAG.

Orientador: Dr. Anderson Fernandes de Alencar.

Garanhuns
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Ariano Suassuna, Garanhuns-PE, Brasil

C744p Conceição, Erica da

A presença do educador do sexo masculino na
educação infantil: um estudo bibliográfico / Erica da
Conceição. – 2018.

58 f. : il.

Orientador: Anderson Fernandes de Alencar

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Departamento de Pedagogia, Garanhuns, BR-PE, 2018.

Inclui referências

1. Educação de crianças
2. Professores - formação
3. Pesquisa I. Alencar, Anderson Fernandes de, orient.

II. Título

CDD 372.21

Erica da Conceição

**A PRESENÇA DO EDUCADOR DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia pelo curso de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Federal
Rural de Pernambuco – UFRPE/ UAG.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Dr. Anderson Fernandes de Alencar. (orientador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ma. Monaliza Rios Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dr^a Tarcia Regina da Silva
Universidade de Pernambuco

Garanhuns
2018

Dedico esse trabalho ao sagrado coração de Jesus e a minha amada mãe Cleonice e ao meu sobrinho Gustavo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e a nossa senhora pela dádiva da vida e por ter me dado força e perseverança para atingir meus objetivos, mesmo quando por vezes o cansaço recaía sobre os meus ombros e a vontade de desistir era maior que o meu propósito de conquistar aquilo que já estava prometido a mim. Sinto-me agraciada pelas mãos divinas pois somente Deus foi e tem sido o meu auxílio para a conclusão deste trabalho mesmo quando o caminho era pesado e não via possibilidade de concluir Deus me dava forças e me fazia acreditar que tudo era possível.

Expresso minha gratidão ao meu orientador Anderson Fernandes de Alencar, obrigada por a atenção e dedicação para a realização deste trabalho.

Agradeço à minha mãe Cleonice, pôr a fé, incentivo e acima de tudo pelo amor, obrigada por ter me incentivado com a sua história de vida, por ter criado três filhos sozinha, e ter desempenhado com garra o papel de pai na vida dos seus filhos, reconhecendo isso, tenho feito de tudo através dos meus estudos para que se sinta orgulhosa de mim, obrigada por ter passado valores impossíveis de nomear.

Aos meus irmãos Andreia e Erickson isso tudo é por vocês, obrigada pelo amor e carinho compartilhado, vocês foram fundamentais na minha trajetória.

A minha grande amiga Fernanda Melo, companheira de curso, amiga que sei que será companheira pra vida, obrigada por todo incentivo e por me mostrar que sou capaz, obrigada por ouvir e incentivar, obrigada por não ter permitido que eu desistisse da caminhada, Deus falou várias vezes comigo através de você. Obrigada por sempre me ouvir e está sempre disposta a me ajudar, seu companheirismo, afeto, compaixão e alegria me fizeram chegar até aqui.

Aos companheiros da faculdade Adeildo Gomes, Taís Melo, obrigada pelo apoio em todos os momentos e principalmente pela amizade.

Agradeço às minhas amigas/irmãs Nataly Santana e Pera Lúcia pelo amor e os momentos compartilhados, amizades as quais cultivos desde do 3º semestre da faculdade e desde lá tem sido minhas parceiras de estudo, da vida, dos sonhos e conhecimentos compartilhados, vocês foram as peças fundamentais na minha vida, vocês foram a minha força dentro e fora da universidade, juntas enfrentamos muitos desafios e aventuras. Obrigada por alegria de compartilhar sonhos, esperança e fé. A amizade nos escolheu. Eu amarei vocês pra sempre.

Ao meu amigo de vida Murilo Silva, amizade que cultivo desde o ensino fundamental e tem me acompanhado até o ensino superior mesmo não escolhendo o mesmo curso que o meu, tem me dado todo apoio para que eu chegasse até aqui, amigo que se propôs a sentar e a pensar junto comigo este trabalho, que mim fez sorrir quando o desânimo batia, eu te amo e sou grata por tudo.

Obrigada a todos da turma 2014.2 vocês vão longe, obrigada por todo ensinamento durante esses quatro anos, não esquecerei nossos momentos. A melhor turma da UFRPE-UAG.

Aos meus familiares e amigos, fundamentais em minha vida meu muito OBRIGADA!

É necessário sempre acreditar que o sonho é possível, que o céu é o limite e que você é imbatível. (Racionais).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, intitulado “A presença do educador do sexo masculino na educação infantil: um estudo bibliográfico”, tem por objetivo geral analisar as produções científicas do ano de 2001 a 2018 referentes ao professor do sexo masculino na educação infantil, os objetivos específicos foram: a) Investigar na web produções científicas que refletem acerca de professores do gênero masculino na educação infantil. b) Compreender através das pesquisas levantadas qual a perspectiva que a comunidade acadêmica tem sobre o gênero masculino na educação infantil. A pesquisa foi bibliográfica e documental, de tipo exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa, para a obter os resultados foi utilizado dez artigos que elucidavam sobre o tema no ano de 2001 a 2018. Para encontrar as pesquisas relacionadas ao tema foi aplicado o seguinte critério de busca utilizamos as seguintes expressões: homem na educação; relações de gênero na educação infantil; professor do sexo masculino na educação infantil; preconceitos dos docentes do sexo masculino na educação infantil; trabalho do docente do sexo masculino na educação infantil. Após a busca foram encontrados alguns trabalhos na área como teses, dissertações, TCC e artigos. Os dados revelaram que os trabalhos nessa área aparecem de forma muito tímida, e que os homens continuam sendo minoria na educação infantil pelo preconceito que a profissão sofre, desvalorização salarial e a representação devido a profissão ser considerada socialmente feminina.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Educação Infantil. Sexo Masculino na Educação Infantil.

ABSTRACT

The present study, entitled "The Presence of the Male Educator in Early Childhood: A Bibliographic Study," has the general objective of analyzing the scientific productions of the year 2001 to 2018 regarding the male teacher in early childhood education, the specific objectives were: a) To investigate on the web scientific productions that reflect on male teachers in early childhood education. b) Understand through the surveys raised the perspective that the academic community has on the male gender in early childhood education. The research was bibliographical and documentary, exploratory type, with qualitative and quantitative approach, to obtain the results was used ten articles that elucidated on the subject in the year 2001 to 2018. To find the research related to the subject was applied the following criterion we use the following expressions: man in education; gender relations in early childhood education; male teacher in early childhood education; preconceptions of male teachers in early childhood education; work of male teachers in early childhood education. After the search were found some works in the area as theses, dissertations, CBT and articles. The data showed that work in this area appears very timid, and that men continue to be a minority in early childhood education because of the prejudice that the profession suffers, wage devaluation and representation because the profession is considered socially feminine.

Key-words: Gender Relationships. Child education. Gender in Early Childhood Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PANORAMA ATUAL DAS DISCUSSÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	13
2.1 Relações de Gênero e Sexualidade.....	13
2.2 Escola, Currículo e Discussões de Gênero.....	17
2.3 Concepção de Criança e Infância.....	21
2.4 História da Educação Infantil.....	24
2.5 Relações de Gênero e Educação Infantil.....	30
2.6 A Presença Masculina na Educação Infantil.....	34
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	40
4.1 Dimensão quantitativa.....	44
4.2 Dimensão qualitativa.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre gênero tem contribuído significativamente para a ruptura de significados que historicamente e culturalmente foi atribuído ao ser homem e ao ser mulher, essas atribuições se dá de acordo com a cultura a qual o sujeito está inserido, ou seja, a maneira de conceber o homem e a mulher se irá de acordo com a cultura e com os movimentos sociais sucedidos.

Os movimentos feministas deram início na década de XX, as mesmas lutaram para que as mulheres ocupassem cargos/espacos que na época eram visto como masculino, por sua vez, a luta também se deu para que as oportunidades de trabalho, vida social entre outras condições fossem iguais para os homens e para as mulheres.

Todavia, o gênero é quem define o papel social do sujeito e até mesmo a profissão que exercerá na sociedade, ressaltamos que há um certo estranhamento nos dias atuais quando o gênero masculino opta pela carreira docente na educação infantil.

Os homens quando optam por ser professor e mais especificamente dos anos iniciais com crianças de 0 a 5 anos a primeira coisa que é posto em dúvida é a sua sexualidade e daí em diante o docente e posto a provas para provar sua qualificação profissional e que não colocaria as crianças em risco, tendo que comprovar que está hábil na condução do trabalho com crianças pequenas.

É importante para a criança em formação na educação infantil o contato com professores tanto do sexo masculino como do sexo feminino para que desde a primeira infância a criança aprenda que esta profissão não está direcionada somente para um gênero, no caso o gênero feminino. A influência que a criança sofre em sala de aula quando o professor sem intenção expressa sua opinião a respeito do assunto reproduzindo a desigualdade de gênero e fazendo que a criança pense que há uma divisão na profissão que os gêneros ocupam, ocasionando que a criança crie preconceitos em relação a isso e leve isso para a vida.

Historicamente percebe-se que para atuar na educação infantil não era necessário ter uma formação, bastava apenas possuir aptidões para cuidar das crianças, aptidões essas que somente as mulheres teriam por possuir o dom de cuidar e amar.

Conforme Gomes (2014) um profissional da educação infantil que não necessitava de conhecimentos para trabalhar esse sujeito desqualificava a profissão a qual estava exercendo

sem formação, ressaltamos que, para se exercer a mesma bastava apenas ser do sexo feminino para atender as crianças pequenas, com tudo, isso causava desmotivação tanto para quem atuava quanto para quem pretendia atuar.

Esta pesquisa buscou contribuir com a reflexão em relação às discussões de gênero no âmbito educacional e mostrar para a comunidade acadêmica e não acadêmica que assim como o gênero feminino, o masculino também está apto a assumir uma classe de educação infantil que quem faz um bom profissional é a formação do indivíduo e não o seu gênero. Ressaltamos a importância de novas pesquisas nessa área para fortalecer e desnaturalizar que os espaços docentes devem ser ocupados somente pelo gênero feminino.

Sabendo da relevância deste tema, buscamos saber se há pesquisas científicas referentes a presença do professor do sexo masculino na educação infantil no ano de 2001 a 2018?

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as produções científicas do ano de 2001 a 2018 referentes ao professor do sexo masculino na educação infantil. Os objetivos específicos foram: a) Investigar na web produções científicas que refletem acerca de professores do gênero masculino na educação infantil. b) Compreender através das pesquisas levantadas qual a perspectiva que a comunidade acadêmica tem sobre o gênero masculino na educação infantil.

Além desse capítulo de caráter introdutório, o segundo capítulo desta pesquisa está dividida em seis tópicos. O primeiro é sobre as relações de gênero e sexualidade, essa parte traz as discussões sobre o conceito de gênero no âmbito educacional assim como a sexualidade nessa mesma esfera. A segunda parte discutiremos sobre a escola, currículo e discussões sobre gênero, procurando entender o que os autores explicam sobre isso. A terceira seção apresenta a concepção de criança e infância trazendo a história da educação infantil, buscamos entender o que diz a legislação no Brasil sobre esse assunto. A quarta seção discute sobre a história da educação infantil. A quinta seção apresenta as relações de gênero na educação infantil. A sexta seção tratará seção abordaremos sobre a presença do gênero masculino na educação infantil, trazendo o histórico da exclusão do homem na educação e expondo o pensamento da igreja sobre o mesmo. O capítulo 3 apresenta a metodologia aplicada a esta pesquisa. O capítulo 4 informa os resultados da análise dos dados de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e quantitativa sobre as publicações de

pesquisas referente a presença do sexo masculino na educação infantil no ano de 2001 a 2018.
Por fim, apresenta as considerações finais com os resultados obtidos.

2 PANORAMA ATUAL DAS DISCUSSÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 Relações de Gênero e Sexualidade

Segundo Gonçalves e Penha (1998 apud Scott, 2015, p. 172) o conceito de gênero é utilizado para “designar as relações sociais entre os sexos”. As autoras Lira e Bernardim (2015) afirmam que o conceito de gênero surgiu no século XIX e que o mesmo é um elemento que se constrói a partir das relações sociais dos sujeitos. Diante disso, fica claro que o gênero se constrói mediante relações e que vai criando identidade para os sujeitos definindo assim o seu papel na mesma. Ainda sobre esse mesmo conceito BísCARO ao analisar a obra de Felipe salienta que:

O conceito de gênero está relacionado fundamentalmente aos significados que são atribuídos a ambos os sexos em diferentes sociedades. Homens e mulheres, meninos e meninas constituem-se mergulhados nas instâncias sociais em um processo de caráter dinâmico e contínuo. Questões como sexualidade, geração, classe, raça, etnia, religião também estão imbricadas na construção das relações de gênero (FELIPE, 2004, apud BÍSCARO, 2009, p. 33).

O gênero serve para determinar tudo o que social, cultural e historicamente foi determinado. A autora afirma que todo sujeito é constituído das relações sociais. (GROSSI, 2000, p. 5).

A centralidade das discussões relacionadas às questões de gênero não só dizem respeito ao “ser homem” e ao “ser mulher”, mas sim, a construção histórica que deu significados aos papéis atribuído aos homens e mulheres, como é o caso da docência na educação infantil.

Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado papel de gênero. Estes papéis mudam de uma cultura para outra. A Antropologia, que tem como objetivo estudar a diversidade cultural humana, tem mostrado que os papéis de gênero são muito diferentes de um lugar para outro do planeta. (GROSSI, 2000, p. 6).

De acordo com a autora fica evidente que o papel que atribuem ao homem e a mulher será de acordo com a cultura a qual o sujeito está inserido. A autora em sua obra elucida-nos

que no ocidental a passividade e a agressividade que estão associados ao homem e a mulher e está ligado a determinação biológica.

Rabello (2013) esclarece que o termo gênero começou a aparecer na década de 1970 em especial com a luta das feministas com o intuito das mulheres terem voz e vez, desde então vêm se discutindo os papéis que o sexo masculino e feminino desenvolvem na sociedade, o objetivo dessas lutas é para a desmistificação dos conceitos preestabelecidos na nossa sociedade de que as mulheres não podem exercer cargos destinados socialmente aos homens e que os homens não podem ocupar espaços femininos.

Ramos e Xavier, (2010) nos explica que há mais de 4 décadas foi questionado pelo movimento feminista os valores e as hierarquias de uma ordem social androcêntrica, após esse questionamento do movimento surgiu então a oportunidade de mulheres ocuparem espaços até então tidos como masculinos.

Ao longo do século XX as mulheres foram conquistando cada vez o seu espaço na sociedade e assegurando os seus direitos sociais e políticos, ao passo que a mulher se mostrava como um sujeito de direitos, ao mesmo tempo que elas iam ganhando espaços na sociedade brasileira, Ramos e Xavier afirmam que:

Todavia, não se pode afirmar que a clássica divisão de papéis sociais entre homens e mulheres já se encontra totalmente superada. Embora as críticas produzidas pelos estudos feministas sobre o “lugar natural da mulher e do homem” tenham alterado as representações sobre o feminino e o masculino, a crença numa dicotomia natural entre os sexos permanece legitimando a presença de homens e mulheres em determinadas ocupações e espaços sociais. (RAMOS; XAVIER 2010, p. 1).

Para que de fato aconteça a mudança na igualdade de gênero é preciso que os homens e as mulheres se reconheçam como sujeitos pertencentes da mesma história assim como afirma Gonçalves e Penha.

No entanto, ainda hoje existe essa ideia de superioridade, tais fatos nos levam a refletir que homem e mulher não deve ser compreendido separadamente, pois a história de um faz parte da do outro. (GONÇALVES; PENHA, 2015, p. 173).

Em relação ao papel social exercido pelo sexo masculino e o sexo feminino, Gonçalves e Penha (2015) descrevem que o comportamento dos sujeitos deve ir de acordo com o sexo do seu nascimento e que o mesmo deve definir seu comportamento diante da sociedade. Sendo assim, o papel social já é definido a partir do momento em que descobrimos o sexo do bebê ainda na barriga da mãe, a partir daí já definimos qual será o seu papel na sociedade, devendo o mesmo seguir um padrão imposto para não ser excluído da mesma.

Ao falarmos sobre a profissão exercida pelos sujeitos Arce (2001) elucida-nos que historicamente o gênero do sujeito era quem definia a profissão a qual ele exerceria, as profissões que antes eram definidas para homens era engenharia, medicina e serviços de construção, esses eram trabalhos exclusivamente masculinos, pois exigia força física e habilidades intelectuais que para a sociedade as mulheres não tinham. A autora afirma que para as mulheres a profissão mais adequada seria a educação, justamente por essa profissão necessitar de cuidados e de amor, ou então ser a dona do lar, cuidando dos afazeres domésticos e da família.

Mas ao decorrer dos tempos nota-se que tem ocorrido a diminuição dos preconceitos em relação à profissão e ao sexo dos sujeitos que ocupam estas profissões, ressaltamos que esta diminuição do preconceito é um trabalho contínuo.

No que se refere a gênero, Louro (1997) explica que é preciso pensar no atravessamento das escolas com o gênero, a autora pontua que o papel da escola está em estabelecer e reforçar os modos de ser menino e de ser menina reforçando ainda mais a desigualdade de gênero.

De fato, não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e de mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos usadas nos exemplos mais corriqueiros, como “mulher não pode levantar peso” ou “homem não tem jeito para cuidar de criança”. (GROSSI, 2000, p. 04).

Sobre a relação de gênero nas instituições de ensino o que se têm sucedido é a reprodução do preconceito e a desigualdade do mesmo assim como afirmam os autores.

[...] a escola contribui para a reprodução e legitimação das relações de poder desiguais entre os gêneros, pois inconscientemente reforça que há um tipo de comportamento e de postura que é reservado e estimulado aos meninos, mas que, ao mesmo tempo, é vedado é proibido as meninas. (LOPES, 2012, apud GONÇALVES; PENHA, 2015, p. 173).

Finco e Vianna (2009) ressaltam que quando privamos uma criança do sexo feminino de fazer uma determinada atividade que nem mesmo ela entende o porquê de não fazer estamos privando essa criança de adquirir competências que futuramente irão lhe prejudicar no seu desenvolvimento físico, humano e psíquico, enquanto os meninos podem praticar atividades físicas e jogar futebol que é um esporte declarado masculino, as meninas ficam presas as brincadeiras que culturalmente já foi definida para elas como, por exemplo, brincar de casinha e boneca porque esse tipo de brincadeira influenciará o cuidar e o amar, sendo que isso faz com que o a criança do sexo masculino ao crescer leve vantagem no sexo feminino no que se refere ao desempenho na motricidade, equilíbrio e coordenação motora.

Estas e outras compreensões expressas no cotidiano das crianças são o reflexo de exemplos vividos por elas no convívio com os adultos. Outro fato que chama a atenção é que, em geral, quando as meninas manifestam-se dispostas a participar das brincadeiras dos meninos, estes não se manifestam contra; contudo, quando eles tencionam brincar com elas prevalece certo estranhamento. (LIRA; BERNARDIM, 2015, p. 87).

As autoras Lira e Bernardim (2015) explica que ao separar e destinar as brincadeiras de menino e de menina, as crianças vão incorporando aceitavelmente as normas indicadas pela sociedade do que é ser homem e do que é ser mulher. Contudo, Finco e Vianna (2009) reforçam que:

Homens e mulheres adultos educam crianças definindo em seus corpos diferenças de gênero. As características físicas e os comportamentos esperados para meninos e meninas são reforçados, às vezes inconscientemente, nos pequenos gestos e práticas do dia a dia na educação infantil. (FINCO; VIANNA, 2009, p. 272).

Desde muito cedo é cobrado do homem que ele assuma atividades e responsabilidades em relação a casa, ou seja, que ele seja o provedor da família.

Se em casa os homens são considerados educadores, na escola eles poderiam muito contribuir com o processo de educação de crianças, sendo preciso desmistificar a ideia de que não há espaço para o homem atuar como docente de Educação Infantil. O importante é a formação para essa atuação e não apenas o fato de pertencer ao gênero feminino ou masculino. (GONÇALVES; PENHA, 2015, p. 177).

Para a sociedade os homens são capazes de desempenhar o papel de provedor da família e estão “preparados” para conduzir qualquer papel social que seja para eles imposto, menos o de ser educador. Segundo Gonçalves e Penha (2015, p. 174) “se as pessoas fogem aos padrões do que está indicado pela sociedade acaba por gerar estranheza”.

O tema sexualidade está presente na contemporaneidade, e inserido em polêmicas em diversos âmbitos.

É necessário entendermos a sexualidade não apenas como um conceito, mas também atentarmos para atos e discursos que estão acontecendo e como eles legitimam as desigualdades no espaço social. (BÍSCARO, 2009, p. 39).

Sem dúvida, a sexualidade tem sido o alvo de várias críticas, ao mesmo tempo que tem trazido muitas contribuições em estudos e pesquisas que antes era mais silenciado pela mídia, escola e a própria legislação trazendo desta forma as informações para desmistificar conceitos e estereótipos e dá voz aos oprimidos.

É necessário explicitar o que entendemos por sexualidade o sentimento de prazer, as sensações que vão sendo construídas e reconstruídas em cada ser humano de acordo com cada momento histórico e cultural, fazendo parte da nossa identidade. A sexualidade faz parte do nosso cotidiano sob diferentes formas de ser e de estar no mundo, apresentando-se como um processo não estático, ou seja, em constante movimento. (BÍSCARO, 2009, p. 39).

É por esta afirmação que a variável de significações e atribuições de sentidos a alguns fenômenos que vivem em constante dinamicidade, pois o olhar para o social se modificará conforme este se modifica.

Biscaro (2009) explica que a sexualidade se transforma de acordo com o momento social e cultural a qual estamos vivenciando, e a forma com o qual nos relacionamos que influenciará nessa transformação.

A sexualidade é algo definido pelos adultos, e nesta não se permite que a criança fale, pense ou sinta tudo o que ela deseja mas, determina o modo de meninos e meninas tratarem a sexualidade. (SILVA, 2014, p. 16).

Diante disso, ressaltamos a importância do conhecimento e da conscientização sobre a sexualidade para que a criança elabore os seus próprios questionamentos e respostas acerca do tema.

2.2 Escola, Currículo e discussões de Gênero

As discussões de gênero deveriam acontecer nas instituições de ensino, porque é o espaço que está mais “preparado” para orientar os alunos cientificamente sobre a construção da identidade de gênero elucidando-os sobre todos os fatores que causam preconceitos e intolerância na divisão de papéis feminino e masculino na sociedade. Sobre a igualdade de direitos de ambos os sexos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’S) ainda em sua introdução orienta que:

Igualdade de direitos refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para tanto há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas, etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada. (BRASIL, 1997, p. 20).

A escola tem um papel importantíssimo nesse processo de conscientização e amadurecimento sobre o gênero e sexualidade, na verdade a escola deve ser um canal de ligamento entre os conflitos existentes acerca do tema para que todos os sujeitos tenham conhecimentos acerca do mesmo e não sejam reprodutores do preconceito e da intolerância.

A consciência pela sociedade dessa exclusão tem transformado a área educacional em um campo de disputas e de “empoderamento” das ações dos indivíduos que buscam através de processos dialéticos, transformar a escola em um espaço de acolhimento e valorização das diferentes identidades presentes no ambiente social. (BARRETO, 2012, p. 21).

O que se nota atualmente nas escolas é o inverso do que Barreto (2012) propõe, as instituições de ensino têm se tornado um espaço que tem silenciado os sujeitos, ao mesmo tempo que tem fechado os olhos para aqueles tidos “anormais”, com isso a criança encarará a sexualidade como algo que deve ser mantido escondido, controlado e principalmente evitado. Sobre o papel do educador em relação ao gênero e sexualidade Bíscolo salienta que:

Quando nós educadores e educadoras silenciarmos, nos omitimos, fingimos que nada acontece nas salas de aula, estamos reforçando o sexismo e, com isso, legitimando as desigualdades impostas por essa educação sexista, excluindo assim os sujeitos que não se encaixam nos “padrões” determinados e instituídos pela sociedade, onde é vedado, por exemplo, o

direito ao menino, por ser “homem”, de brincar de boneca e à menina, por ser “mulher”, se nega o direito de brincar de carrinho ou futebol. (BÍSCARO, 2009, p. 41).

Nessa perspectiva, Bíscaro (2009) explica que a instituição escolar tem sido uma das maiores percussoras de desigualdade de gênero onde atribui aos alunos um padrão de família que é composta somente por homem e mulher, onde o pai é o provedor da família e a mãe uma dona de casa. Neste sentido, Bíscaro ao fazer uma análise sobre a obra de Louro nos lembra que:

No contexto de uma família “normal”, supõe-se que as atividades e funções do homem e da mulher devam estar distintas e bem definidas, e que, em conjunto, os adultos estejam incumbidos da educação das crianças e jovens. Qualquer alteração que escapa desse arranjo tido como correto e padrão pode ser, então, compreendida como uma irregularidade ou discrepância (LOURO 1998, apud BÍSCARO, 2009, p. 90).

Ainda nesse contexto é possível notar que os livros didáticos e até mesmo a legislação são voltados para as pessoas que estão no padrão imposto pela sociedade, rejeitando assim as que não pertence a este padrão que são por exemplos as famílias que são formadas por diferentes sexos.

Outro fato que merece atenção é que a escola lida apenas com uma forma de sexualidade “padrão”, ou seja, quando se aborda esse tema, é voltado somente para o casal homem e mulher dentro do contexto do casamento, constituindo os modelos padrões e reafirmando que o contrário é o não desejável, o imoral. (BÍSCARO, 2009, p. 40).

Gadotti (2007) ao fazer uma análise positiva do espaço escolar segundo a ideia de escola que Paulo Freire defendia e acreditava, afirma um espaço de relações sociais, de convivência com pessoas, ela é uma instituição que não se modifica sozinha, assim como não modifica a sociedade só, pois depende dela (a sociedade), a escola deve ser um lugar de conflito, pois sem isto configura-se como os modelos convencionais e tradicionais das instituições que já conhecemos, para o autor:

A escola é um espaço de relações. Neste sentido, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto para a

transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo. (GADOTTI, 2007, p. 11).

Diante disso, fica evidente que a escola é um espaço de relações entre indivíduos, e que esses por sua vez se fazem de forma heterogênea, ou seja, que os sujeitos são e assumem papéis diferentes na sociedade. Vale salientar o importante papel que a família assume nesse contexto de modificação social, a escola por si só não consegue assumir esse papel de transformadora de conflitos, tem que haver essa parceria entre escola e família.

Sobre a discussão de sexualidade na escola Silva (2014, p.14) enfatiza que “essa prática deixa a desejar com relação as curiosidades expressadas pelas crianças e adolescentes”. Vale salientar que não é tão fácil esse tema ser abordado nas instituições de ensino, há várias variáveis que o impedem, sejam eles religiosos, políticos ou simplesmente uma lacuna na formação acadêmica ou, até mesmo vergonha que o impede de explorar este ou quaisquer outros temas transversais.

Ao elucidar-nos o preconceito sofrido pelos docentes do sexo masculino na educação infantil o que mais chama atenção é a naturalidade com o qual essa discriminação é tratada pela classe docente e pela sociedade, o PCN’S dos temas transversais e ética nos lembra que: “A discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis.” (BRASIL, 1997, p. 28).

Pouco é pensado, discutido ou refletido nos cursos de licenciatura, seja por alunos ou docentes no dia a dia da vida escolar as desigualdades dos sexos e as consequências dessa ausência de discussão. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) orienta que:

9.Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer. (BRASIL, 2017, p.19).

Diante do exposto pela BNCC é necessário para que haja esse diálogo uma abertura maior das escolas às questões relacionadas a gênero, é necessário que exista um espaço para que se expresse uma comunicação com informações relevantes estimulando a abertura do convívio com os outros.

A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, como, também, abordar as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade como as crianças e jovens, na tentativa de preencher lacunas nas informações que as crianças já possui e, principalmente, criar a possibilidade de formar opiniões a respeito do que lhe é ou foi apresentado. (BEZERRA; SILVA; PEREIRA; CRUZ. 2011, p. 7)

Assim, consideramos que a escola é um espaço que auxilia nas discussões que já estão ou já foram vistas anteriormente pelos meios de comunicação, o que atualmente acontece é a repressão às discussões relacionadas a gênero, sexualidade, gravidez na adolescência, entre outros, mas estes são fatores que estão e sempre estiveram presentes na sociedade, mas que a mesma sempre preferiu se calar e enquadrar os sujeitos que estão fora do padrão dentro de um caixote, para que desse modo a “sociedade”, família e religião pudesse sentir-se no direito de ofender e denegrir a imagem física, pessoal e intelectual do ser humano.

2.3 Concepção de Criança e Infância

O que compreendermos por crianças hoje é o contrário do que era entendido por criança antigamente. Compreende-se que até meados do século XVI a criança era ignorada pela sociedade, pois entendia-se que as crianças eram apenas sujeitos reprodutores de cultura ou uma mera extensão dos pais, um sujeito que adentrava a escola mas que não sabia de nada e que tudo precisava ser ensinado. De acordo com Paschoal e Machado (2009) foi a partir dos séculos XVII e XVIII, que os significados de ser criança foi se modificando e se fortalecendo como sujeito produtor e reprodutor de cultura.

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhecê-las produtoras da história. (KUHLMANN JR, 2010, p. 30 apud MARAFON; FREIRE, 2013, p. 16).

Desde modo, a criança é um ser totalmente dependente do adulto, como acima mencionado, a criança até o século XVI era vista como um mero reprodutor de cultura, pois ela não é considerada um sujeito construtor de sua própria história.

Paschoal e Machado (2015) elucida-nos que a infância na idade média acabava aos 7 anos, quando a criança por sua vez já conseguia falar corretamente, antes da constituição da fala ela era considerada um ser incapaz.

Para compreendemos melhor a infância e o seu papel é necessário recorrer aos documentos oficiais. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/96 em seu artigo 29 orienta que:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

A LDB orienta qual deve ser a finalidade da educação infantil, ressaltamos que devemos levar em consideração o que sabemos de infância do micro ou macro, ou seja, qual a infância que estamos vivenciando e qual a infância que queremos.

Para os autores Silva, Paiva, Reis e Campos (2014) em sua pesquisa explica que há muita confusão em distinguir criança de infância, e que a criança está ligada a inocência e a infância a brinquedos.

De acordo com o dicionário de Língua Portuguesa o significado de criança aparece como: cri.an.ça **1** ser humano de pouca idade, que ainda está na fase da infância. Diante do exposto, fica claro que criança não significa infância e que nem sempre a criança terá vivenciado a infância. Em síntese, a concepção de infância esta associada a uma etapa de vida do sujeito, e a concepção de criança esta relacionada a um sujeito histórico, social e cultural.

[...] Concepções sobre infância como um período de insignificância, como um tempo de aprender para ser logo adulto civilizado e da criança como um ser que não precisava ser ouvido fazem parte do nosso imaginário social. Na mentalidade da maioria dos adultos a criança é um ser que pouco ou nada tem a dizer. Para ser acreditada precisa, inclusive, passar antes pela escola (REDIN, 2007, p. 15 apud, Maia, 2012, p. 25).

Há vários aspectos sociais e políticos que influenciam no direito das crianças viverem a sua infância. “A criança é ator social, participe da construção da sua própria vida e da vida daqueles que a cercam, as crianças têm voz própria, devem ser ouvidas, consideradas com seriedade e envolvidas no diálogo e na tomada de decisões democráticas”. (MAIA, 2012, p. 22).

Marafon e Freire (2013) esclarece que ao decorrer dos anos a concepção de criança e infância foi se modificando com as transformações ocorridas pela sociedade e que esse conceito foi se modificando até chegar a ser o que é hoje.

É interessante inteira-se de que a criança era vista na antiguidade como um miniadulto, ou seja, um sujeito que tinha que esperar até a fase adulta para então ser considerado um cidadão de direitos. Os autores mencionam em sua pesquisa que em ocorrência desse fato aconteceu a banalização aos direitos das crianças.

Nos trabalhos com famílias, podemos identificar uma problemática que permeia nossa sociedade e vem sendo sustentada por um imaginário social, que pensa a criança como um ‘ainda não’, algo que se tornará sujeito um dia (quando adulto). De acordo com a pesquisa acima, a criança é considerada um “pedaço de seus pais”. A análise dos resultados indica que a criança, enquanto extensão dos pais, não é vista como sujeito que tem direitos próprios, independente de seus genitores. Assim, é muito precária a noção do direito da criança à pensão alimentícia e ao convívio com os pais. O que se observa, nas histórias familiares, é a banalização de uma sequência de abandonos que, começando com os adultos, acaba trazendo efeito para a vida da criança que, assim, é transformada em pivô do drama familiar. (ANDRADE, 2010, p. 06 apud SILVA; PAIVA; REIS; CAMPOS, 2014, p. 7).

Com a modernidade a todo vapor e as informações cada vez mais exposta pela mídia torna o comportamento e a vivência das crianças mais surpreendentes, o que traz para os pais uma preocupação maior com a dependência rápida dos filhos.

Para acompanhar essas modificações da concepção de criança, os métodos de ensino também tiveram que modificar o modo de educar e conceber o ser humano. A pedagogia tradicional que tinha como foco instruir as crianças através de duras penas, teve que dar espaço para as “escolasnovistas” que deu espaço para o reconhecimento das crianças.

A mudança na realidade econômica, associada ao acesso das crianças a informações sobre o mundo adulto, transformou drasticamente a infância. O “gênio” da infância tradicional saiu da garrafa e não consegue voltar. Textos recentes sobre o assunto, tanto na imprensa popular quanto na escolar, falam em “perda da infância”, “crianças crescem muito rápido”, e “terror de crianças no isolamento dos lares e comunidades fragmentadas.” Imagens de mães afogando filhos, babás torturando criancinhas, crianças jogando crianças das janelas do décimo quarto andar. Ninguém está para ajudar. A crise da infância contemporânea pode significar, de várias formas, tudo o que envolva, de algum modo, o horror de enfrentar sozinho o perigo. (STEINBERG, 2001, p. 13-14 apud PEREIRA, p. 3)

Maia (2012) elucida-nos sobre o papel da criança na sociedade e destaca que o mesmo deve estar em consonância com a família, comunidade, sociedade e escola, a autora ressalta que a criança especificamente a Brasileira é um sujeito de direitos e a mesma tem o direito à educação por dever do Estado e opção da família. A autora baseada nos estudos de Rosseau (1994) explica que cada etapa da criança tem que ser estimulado e levado em consideração como um fato importante para o desenvolvimento da mesma.

A infância não é um lugar de passagem para outros estágios mais desenvolvidos, e sim precisa ser considerada como uma etapa de valor próprio. Para ele, da mesma forma que “a humanidade tem lugar na ordem das coisas, a infância tem o seu na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança” (ROUSSEAU 1994, p. 69, apud, MAIA, 2012, p. 20).

Com a conquista dos direitos das crianças fica incontestável a separação do ser criança com a vida dos adultos, é necessário que a criança conviva com outras crianças para que ela se descubra no outro e se descubra com um sujeito agente de transformação.

[...] tem levado os educadores a dedicar um considerável esforço na busca por ampliar a compreensão sobre essa fase inicial da vida e estabelecer, em consequência, propostas educativas que considerem a especificidade das crianças no âmbito de uma infância historicamente determinada (ROCHA, 1999, p. 367 apud MAIA, 2012, p. 28).

Maia (2012) baseado nos estudos de Rocha (1999) aponta que no mundo contemporâneo esta definida cada vez mais a relevância do ser criança para a constituição da identidade humana.

2.4 História da Educação Infantil

Na Europa, quando ocorreu a mudança do feudalismo para o capitalismo e os modos de produção começou a mudar e passou-se a utilizar-se da substituição das ferramentas pelas máquinas e a força humana pela força motriz, foi necessário através dessa transformação alterar o modo de organização da sociedade. Paschoal e Machado (2009) explica que foi através desse enorme impacto pela revolução industrial que houve a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho.

A maquinaria estabeleceu um meio de diversificar os assalariados, colocando, nas fábricas, todos os membros da família do trabalhador, independentemente do sexo e da idade de cada um. Se, até então, o trabalhador vendia somente sua própria força de trabalho, passou a vender a força da mulher e dos filhos. (PASCHOAL; MACHADO, 2009. p. 80).

Então nota-se que através da mudança no mercado de trabalho e com a questão financeira das indústrias, houve a entrada juvenil das crianças no trabalho. Paschoal e Machado (2009) lembra-nos que os homens foram substituídos pelas mulheres e crianças, já que a indústria precisava de um número maior de operários para ocupar todos os horários na indústria.

Ainda em sua pesquisa Paschoal e Machado (2009) lembra-nos das mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos menores e optaram por contratar os serviços das conhecidas mães mercenárias. Com um grande número de mulheres inseridas no trabalho nas indústrias, foi crescendo a necessidade de ter um espaço para deixar as crianças, com isso as mulheres que não quiseram trabalhar nas indústrias criaram um espaço para atendimento às crianças, esse espaço era organizado por mulheres sem preparo nenhum.

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil. (RIZZO, 2003, p. 31 apud PASCHOAL; MACHADO, 2009. p. 80).

O intuito maior das famílias pobres era sobreviver, dessa forma as famílias não ligavam para os maus tratos e desprezo das crianças o que ocasionou na época essa tortura aceita pela sociedade.

As mazelas contra a infância se tornaram tão comuns que, por filantropia, algumas pessoas resolveram tomar para si a tarefa de acolher as crianças desvalidas que se encontravam nas ruas. A sociedade aplaudiu, uma vez que todos queriam ver as ruas limpas do estorvo e das sujeiras provocadas pelas crianças abandonadas. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 80)

Até o século XIX a educação era de inteira responsabilidade da família, pois acreditava-se que a criança ao ter contato e participar do convívio com os adultos a mesma aprendia sobre as normas, regras e cultura do povo a qual ela estava inserida.

Até meados do século XIX, o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil. No meio rural, onde residia a maior parte da população do país na época, família de fazendeiros assumiam o cuidado de inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, geralmente frutos da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco. Já na zona urbana, bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a famílias com prestígio social, eram recolhidos nas “rodas de expostos” existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII. (OLIVEIRA, 2011, p. 91)

A educação começou a mudar a partir da revolução industrial como já foi mencionado, dando assim surgimento às creches, maternais, escola e jardins de infância que apareceram com o objetivo assistencialista, que tinha como foco cuidar somente da alimentação, higiene e cuidados físicos da criança. Sobre os jardins de infância Paschoal e Machado (2009) elucidamos que:

Do ponto de vista histórico, a própria literatura traz o jardim de infância como uma instituição exclusivamente pedagógica e que, desde sua origem, teve pouca preocupação com os cuidados físicos das crianças. No entanto, vale ressaltar que o primeiro Jardim de Infância, criado, em meados de 1840 em Blankenburgo, por Froebel, tinha uma preocupação não só de educar e cuidar das crianças, mas de transformar a estrutura familiar de modo que as famílias pudessem cuidar melhor de seus filhos. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 81)

Apesar do início a educação está voltada apenas para as questões assistencialistas e de custódia Paschoal e Machado (2009) apresentam a pesquisa de Kuhlmann (2001) a qual ele ressalta que mesmo a educação tendo o caráter de cuidar, elas se preocupavam com a educação, visto que essas instituições se apresentavam como pedagógicas já no seu início.

Exemplifica sua defesa com a “Escola de Principiantes” ou escola de tricotar, criada pelo pastor Oberlin, na França em meados de 1769, para crianças de dois a seis anos de idade. Esse pastor criou apenas um programa de passeios, trabalhos manuais e histórias contadas com gravuras, nos quais suas escolas de tricô tinham como objetivo, por meio do trabalho de mulheres da comunidade, tomar conta de crianças, ensinando-lhes a ler a bíblia e a tricotar. De acordo com seus objetivos, nesses espaços, as crianças deveriam aprender diferentes habilidades, como adquirir hábitos de obediência, bondade, identificar as letras do alfabeto, pronunciar bem as palavras e assimilar noções de moral e religião. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 81).

Após as reivindicações por melhores condições de trabalhos, as mulheres reivindicaram também um espaço digno de deixar as suas crianças, elas solicitaram a criação de instituições de educação.

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternais para os filhos dos operários. O fato de os filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. (OLIVEIRA, 1992, p. 18 apud PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 83).

No Brasil a creche também foi criada com o caráter assistencialista, mas o que a diferenciou dos demais países europeus foi o seu objetivo de pedagógico. As primeiras creches, asilos e orfanatos tinham o intuito de auxiliar as mães abandonadas e viúvas, as mesmas também abrigavam os filhos das mães solteiras “apesar do apoio da alta sociedade, tinham como finalidade esconder a vergonha da mãe solteira”. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 82).

Mas esse panorama na educação Brasileira mudou, os documentos que orienta a educação infantil na atualidade preveem o cuidar e o educar como orienta CNE/CEB nº 5/2009 Artº 5º.

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e

supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2009, p. 18)

Desde modo, as instituições de ensino (creches e pré-escolas) crescimento integral da criança, e buscam integrar o educar e o cuidar para que a criança tem uma formação que proporcione o desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e social da criança. Já que a educação infantil em sua especificidade exige cuidados com crianças pequenas, foi atribuído a mesma o educar.

Sob tal enfoque, situações que ocorrem diariamente na rotina das crianças que frequentam creches, como tomar banho, por exemplo, poderão se transformar num momento educativo e lúdico à medida que o adulto interage com a criança, estreitando-se os vínculos afetivos. (RODRIGUES; TELES, 2012, p. 4)

Levando em consideração os cuidados e o educar que a educação infantil demanda é possível compreender que ambas não pode ser indissociável, pois elas fazem parte da rotina da criança. De acordo com o RCNEI:

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais. (BRASIL, 1998, p. 25).

Para tanto, é necessário pensar no papel do educador nesse processo de cuidar e educar, é indispensável que para tanto o profissional seja capacitado e habilitado de conhecimentos para desempenhar tal papel. “Portanto, para cuidar é preciso estar comprometido com o outro, tendo a sensibilidade de perceber suas necessidades e estando sempre disponível para tentar ajudar”. (RODRIGUES; TELES 2012, p. 5).

Ainda há vários desafios acerca do cuidar e educar, há também inúmeros dificuldades nas práticas pedagógicas dos docentes que não articulam o cuidar e o educar, é papel do educador ele inserir a criança no mundo do conhecimento, mas respeitando e valorizando as suas diferenças. Temos que obstruir a ideia que a educação infantil está voltada apenas para o cuidado com crianças pequenas, mas salientar que além dos cuidados estamos contribuindo com a formação e autonomia da criança, promovendo sua intelectualidade para que a mesma

possa se tornar um cidadão consciente de seus direitos e deveres e possa contribuir com o avanço na sociedade.

A educação no Brasil atualmente é compreendida com o atendimento para crianças de 0 a 6 anos, mas para melhor compreendermos a educação infantil nesse segmento é importante apresentar as conquistas relevantes do seu processo histórico até chegar a educação na contemporaneidade. Até metade dos anos setenta, pouco tinha se feito em relação a legislação que garantisse a educação infantil no Brasil. Na década de oitenta houve várias organizações governamentais e não-governamentais que solicitaram o direito das crianças a uma educação pública e de qualidade desde do seu nascimento.

Do ponto de vista histórico, foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação, foi somente com a Carta Constitucional de 1988 que esse direito foi efetivamente reconhecido. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 85.).

O intuito maior das reivindicações da sociedade civil, acadêmica etc. era para obterem a garantia de uma educação pública e de qualidade e dessa forma eles cobraram do Estado princípios e obrigações que garantisse de fato a educação para crianças. “Assim, foi possível sensibilizar a maioria dos parlamentares e assegurar na Constituição brasileira o direito da criança à educação”. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 85).

Com a constituição de 1998 em seu artigo 208 inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988). A partir dessa Lei os espaços que não tinha nenhum objetivo pedagógico que apenas era voltado para assistência social tornou-se então de total responsabilidade da educação.

Desde então foi implementado mas uma política pública voltada para a atendimento de crianças de 0 a 5 anos via COEDI – Coordenação Geral de Educação Infantil, MEC- Ministério da Educação e Cultura, também teve a LDB-Lei de Diretrizes e Bases em 1996 e a construção do RCNEI- Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil em 1998 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil em 1999 (Resolução CNE/CEB nº01/99) e em 2009 (Resolução CNE/CEB nº 05/09) e a mais atual Lei que rege em caráter Nacional a educação Brasileira BNCC - Base Nacional Curricular Comum 2017.

Por muito tempo a educação no Brasil tinha o caráter assistencialista com nenhum fim pedagógico, mas com as várias conquistas alcançadas a educação infantil hoje é uma das

etapas mais importante no segmento da educação e conhecida como a primeira etapa da educação básica pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 93 94/96 – art. 29).

A educação infantil vem ganhando força e uma visibilidade maior desde da conquista para a educação para as crianças quanto na formação e atuação dos profissionais para essa área. Sobre a formação dos profissionais para atuação nessa área a LDB elucida-nos em seu VI, artº. 62:

A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Diante disso, é necessário romper com os conceitos prontos de que a educação infantil é apenas para cuidados básicos com a higiene, vale a pena salientar que a educação infantil é o lugar de cuidar e educar crianças, é os espaços onde a criança se desenvolve como sujeitos críticos, participantes e capaz de transformar a si mesmo e a sociedade.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem em uma situação de socialização estruturada. (BRASIL, 2017, p. 32)

Em relação às conquistas da educação infantil no Brasil, ao meu ponto de vista ainda tem muito o que ser pensado e feito em relação a estrutura e até mesmo ao número de creches e pré-escolas para atender melhor a população e dessa forma desenvolver melhor as capacidades físicas e intelectuais das crianças.

2.5 Relações de Gênero e Educação Infantil

Na educação Brasileira e em escolas públicas é visível ver que o que predomina são os profissionais do sexo feminino. O MEC em seu censo de 2011 apresenta que 80% dos profissionais da educação básica é composta por mulheres onde as mesmas conduzem designadamente a educação infantil (primeira etapa da educação básica que vai de 0 a 6 anos de idade). Esse egresso em massa de mulheres na educação infantil é evidenciado pelos cuidados que essa etapa da educação básica exige e que para alguns somente a docente do sexo feminino consegue desenvolver, mas vale salientar que nem sempre esses espaços foram ocupados por mulheres, por muitas décadas essa modalidade da educação era dominada pela presença do sexo masculino, o que mudou essa conjuntura foi a ação feminista ocorrida na época.

Quando se fala em gênero dentro da sala de educação infantil ou em qualquer outra modalidade de ensino ainda é compreendido por muitos que a abordagem desse assunto acarretará na inversão dos papéis, ou seja, que os homens ocuparam espaços femininos e as mulheres espaços tidos como masculino, isso para muitos é uma grande ruptura de valores que estão agregados a sociedade, dessa forma desde muito cedo as escolas declaram e caracterizam o que meninos e meninas devem ser e fazer criando um painel de separação de ambos sexo.

O direito a uma educação infantil de qualidade inclui a discussão das questões de gênero. As relações das crianças na educação infantil apresentam-se como uma das formas de introdução de meninos e meninas na vida social, principalmente porque oferecem a oportunidade de estar em contato com crianças oriundas de diversas classes sociais, religiões e etnias com valores e comportamentos também diferenciados. (FINCO; VIANNA, 2009, p. 272).

Arce (2001) elucida-nos que é comum ver homens e mulheres dividindo o mesmo espaço social e até mesmo dividindo tarefas, sejam elas em casa, no trabalho ou em qualquer outra esfera. Na sociedade atual a qual nos encontramos muitas famílias “invertem” os papéis sociais, enquanto as mães/mulheres saem para desenvolver atividades profissionais os pais/homens cuidam das crianças e das tarefas domésticas. Mas, no que se refere ao educador do sexo masculino na educação infantil tem se mostrado ainda uma resistência no que se diz respeito a cuidar e educar crianças pequenas.

O que foi construído historicamente é a ideia de que a mulher carrega em sua essência o tom de ensinar, já que naturalmente ela é amorosa, bondosa, compreensiva e que é guiada pelo coração, sem levar em consideração que para atuar com crianças pequenas é necessário muito mais do que essas características acima citadas se faz necessário uma formação adequada e específica para tal desempenho, Arce portanto aponta:

A não-valorização salarial, a inferioridade perante os demais docentes, a vinculação do seu trabalho com o doméstico e a deficiência articula-se a difusão da figura mistificada, que não consegue desvincular-se das significações que interligam a mãe a criança. (ARCE, 2001, p. 167)

Entretanto fica reforçado a ideia de que para ser professor dos anos iniciais basta ser do sexo feminino, “gostar” e ter “jeitinho” com crianças, já que essa é uma das ideias defendidas por Arce (2001) as crianças veem na docente do sexo feminino uma mãe, sendo assim as crianças se sentem mais confortáveis em estar na proteção feminina, para a autora:

Historicamente foram construídas imagens do ser criança e do ser mulher, que se cristalizaram e ganharam um *status* de “sagradas”, determinado, sem que se coloquem em discussão, os papéis sociais da criança e da mulher. (ARCE, 2001, p. 168)

Desse modo, pressupõe que a presença do sexo feminino em sala de aula seja algo indispensável, já que as crianças e a família veem a presença da mulher em sala de aula uma extensão do lar. O que mais chama a minha atenção é a feminização que há dentro das classes docentes, especificamente na educação infantil e a naturalização com que isso é visto.

Ressaltamos a importância que a educação infantil tem na construção do sujeito com um todo. No entanto, a educação infantil ainda é tratada como mercadoria repercutindo dessa forma o discurso que apenas as mulheres estão aptas para ensinar, sem levar em consideração a formação dos sujeitos para lidar com as crianças pequenas, sejam eles homens ou mulheres. A legislação da LDB para atuação do docente Lei nº 9.394, prevê que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Diante do exposto pela LDB fica esclarecido a formação adequada para atuar na educação, no entanto nem a LDB nem qualquer outro documento da educação evidencia qual o sexo correto para essa atuação.

É interessante mostramos como que surgiu e quais foram uns dos principais precursores da feminização do magistério, Arce em sua obra traz filósofos que fizeram parte desse processo de relação de gênero na educação infantil, com o intuito de compreendermos melhor e historicamente essa relação de que somente a mulher está apta para lidar com crianças pequenas, em sua obra ela destaca alguns dos precursores desse pensamento no Brasil: Rousseau, Froebel e Montessori. Rousseau (1992) afirmava que era:

Da boa constituição das mães depende inicialmente a dos filhos: dos seios das mulheres depende a primeira educação dos homens, a educação primeira é a que mais importa, e essa primeira educação cabe incontestavelmente às mulheres: se o autor da natureza tivesse querido que pertencesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentares as crianças. Falai, portanto às mulheres, de preferência, em vossos tratados de educação; pois além de terem a possibilidade de para isso atentar mais perto que os homens, e de nisso influir cada vez mais, o êxito às interessa também muito mais. (ROSSEAU, 1992, p. 433-9 apud ARCE, 2001, p. 170)

Diante de tal afirmação fica claro que Rosseau (2001) definiu o papel da mulher na sociedade e afirmava esse laço indissociável entre a mulher e a criança desde do seu útero, também defendia como citado o ato de amamentar que criava dessa forma laços que o homem jamais criaria, esse era um laço divino e infrangível dando assim o papel mais importante para a mulher o de ser educadora.

Para Froebel a educadora deveria ser uma extensão do lar para que a criança não a percebe-se como “professora” mais sim como uma extensão de sua mãe e de sua casa então, deu-lhe o nome de jardineira definindo que a mesma deveria envolver todo o seu trabalho nas necessidades das crianças.

O que está elucidado na obra de Arce (2001) e que as jardineiras recebiam uma formação que fazia a junção dos germens da psicologia com a fé, essa formação era fornecida por manuais que eram conduzidas as mães e as jardineiras, a mesma acontecia por manuais alguns escritos por Froebel que ensinava como a mãe e jardineira deveria prosseguir. Arce (2001) explica em sua obra um dos manuais do filósofo que foi intitulada de: “*cantos e conversas de mães*”, de 1848. Neste livro de Froebel “cantos e conversas de mães” era como

o filósofo tentava induzir as mulheres a acreditar que ser mãe era um dever divino, um presente de Deus.

Para o filósofo uma das necessidades que deveria ser complementadas pelas jardineiras na escola era o amor e o carinho para que assim as mesmas pudessem suprir a falta da mãe e que dessa forma elas pudessem contribuir significativamente na formação do caráter da criança, já que a mesma possui por ser mulher um coração generoso e amoroso.

Montessori por sua vez define algumas informações sobre a professora do sexo feminino, uma dela e que a mesma só poderia ser professora de crianças de 0 a 6 anos e que de simples jardineira passaria a se chamar de mestre.

o mesmo tempo em que se operava esse acréscimo, Montessori estabelecia, de forma radical que a função da mulher não é a de ensinar, mais apenas de orientar e facilitar o processo de aprendizagem e, em decorrência disso, não caberia dar ênfase a formação teórica desse profissional, pois o grande condutor do cotidiano escolar seriam os interesses e necessidades das crianças com as quais a mestra trabalha. (ARCE, 2001, p. 172)

Arce (2001) elucida o acréscimo que Montessori estabelecia de forma radical, que a função da mulher não é a de ensinar, mais apenas de orientar e facilitar o processo de aprendizagem e, em decorrência disso, não caberia dar ênfase a formação teórica desse profissional, pois o grande condutor do cotidiano escolar seriam os interesses e necessidades das crianças com as quais a mestra trabalha.

Percebe-se então, o quanto a educação era tratada por Montessori de uma forma informal, pois a autora defende que para atuar com crianças de 0 a 6 anos de idade não era necessária uma formação específica, mas bastaria apenas para isso uma formação que segundo ela já era nato da mulher. Para tal formação a autora criou um método que foi pensado através das fases do desenvolvimento da criança e suas necessidades, a mesma definiu que para ser educador não se faria necessária ter uma formação teórica, mas sim uma autoformação que incluiria o treino e o aperfeiçoamento das seguintes aptidões: observação, calma, paciência, humildade, autocontrole, praticidade e delicadeza.

Nessa perspectiva é possível compreender alguns dos motivos dos docentes do sexo masculino terem sido “excluídos” da educação infantil, essa condição de excluídos se dá por um dos fatores da mulher ser comparada com a empregada doméstica, alguém que estará sempre aos pés dos seus subordinados, ou seja, aquela que ocupa cargos que são inferiorizados pôr a sociedade, outro episódio que ocorre é que anteriormente já foi

mencionado é dessa modalidade de ensino necessitar de cuidados, e que os educadores do sexo masculino seriam incapazes de cuidar.

Entendemos que para atuar na educação básica se faz necessário ter algumas das aptidões que Montessori defende, mas vale salientar que se faz mais do que necessário ir além dessas aptidões, se faz necessário ter uma excelente formação teórica/acadêmica e para tal atuação fazer uma junção das duas partes. Sendo assim, não somente a mulher estará apta para lecionar, mas qualquer sujeito independente do gênero.

2.6 A Presença Masculina na Educação Infantil

Com o decreto de fevereiro de 1854 foi instituído a educação primária e secundária que determinava e especificava que os meninos e meninas deveriam por lei estudar em escolas separadas, sendo assim, as aulas ministradas para os meninos seria na escola pública, essa regra se dirigia tanto a escola pública quanto a particular, a escola que era para o sexo feminino não se admitia a presença do sexo masculino na mesma.

No Brasil essas escolas na maioria das vezes se denominavam de “Escola de Freiras” para escolas denominadas para o sexo feminino, e para o masculino era “Dom Pedro” vale salientar que essas instituições eram na maioria das vezes administradas pela igreja. Chamon (2004) explica-nos que essa divisão dos sexos era o ideal para a igreja católica e que meninos e meninas numa mesma sala era algo sem sentido, indesejável e sem razão.

Para Louro (1986) a igreja católica teve um papel determinante nesse processo, pois a mesma acreditava e pregava que a religião era totalmente indispensável no processo de formação da mulher, e que com a ausência da religião na vida da mulher ela correria sérios riscos morais e conservadores e também seria prejudicial para a formação em família.

Chamon (2004) ao analisar a obra de Hippeau pondera que nas escolas norte-americanas a educação se dava de uma forma mista, meninos e meninas juntos em uma mesma sala. Já no Brasil isso só começa a acontecer por volta do século XIX e o motivo dessa junção seria econômico.

A primeira razão para a adoção desse sistema era de ordem econômica. Em pequenas vilas, com número diminuto de alunos, era mais econômico manter uma única escola do que repartir meninos e meninas em escolas separadas. (CHAMON, 2004, p. 03).

Com tudo, é possível ressaltar que com essa junção os gastos seriam diminuídos e se tornaria vantajoso para a família, pois dessa forma meninos e meninas poderiam frequentar juntos a mesma escola.

Em vez de dois mestres, duas escolas, duas casas [...], uma aula mista presta o mesmo e melhor serviço: e com a quantia poupada da criação e custeio, que assim se tornam desnecessários, de mais outra escola, proporcionasse os meios para em outro lugar terem os meninos o precioso ensino. (CONGRESSO DE INSTRUÇÃO 1882-1884, item V).

Chamon (2004) esclarece que essa aderência de juntar meninos e meninas na mesma instituição de ensino se deu pelo fato dos Estados Unidos ser o primeiro país a aderir a esse sistema de coeducação.

Além disso, razões de ordem pedagógica e moral explicavam não a adoção do sistema coeducativo, mas a sua larga aceitação entre a população norte americana: a convivência na escola propiciaria um maior rendimento escolar para ambos os sexos, assim como os prepararia, meninos e meninas, para a vida comum na idade adulta. (CHAMON, 2004, p. 03).

Em 1882-1884 surgiu um documento que defendia a coeducação que foi sugerido pelo “Congresso de instrução”.

Esse congresso abordou uma série de questões voltadas ao programa da educação brasileira, como: a “liberdade de ensino”, o “ensino obrigatório”, a “organização do ensino secundário feminino”, assim como outros pareceres que abordaram necessidades voltadas à instrução pública brasileira. (FRANÇA; CEZAR; FELIPE; CALSA, 2007. p. 11).

O parecer favorável a coeducação foi do 12º inspetor da instituição pública do Rio de Janeiro Dr. João Barbalha Uchôa Cavalcanti. Para ele a não separação dos sexos causaria em conhecimentos iguais para ambos.

A pretensão pautou-se no despertar da competição entre os “sexos opostos”. Segundo esse Parecer uma das formas dos meninos apresentarem melhores resultados seria a não aceitação em serem superados pelas moças e vice-versa. Argumentou-se esse fator como uma forma de instigar os meninos a melhorarem suas lições, bem como uma manutenção de um número maior de alunos nas escolas. (FRANÇA; CEZAR; FELIPE; CALSA, 2007. p. 11).

Os autores elucidam-nos que com essa mudança houve grandes ganhos para a escola, alunos e professores, um desses ganhos a diminuição das antipatias entre os mesmos e também a possibilidade de alunos e professores estreitar a relação e criarem um elo maior de conhecimentos.

Segundo Chamon (2004) separar os meninos das meninas seria como propagar que o sexo masculino é superior em vários pontos, como a matemática, e dessa forma duvidaria da capacidade intelectual feminina, colocando em dúvida o desempenho do seu papel na sociedade.

Vale salientar que esse documento propôs a saída dos professores do sexo masculino para a entrada da professora do sexo feminino, a mulher e doce, bondosa, paciente e amorosa, daria ocuparia o espaço do professor rude e severo.

Nota-se nesse discurso explicitamente o papel designado aos homens e às mulheres. O sexo masculino foi representado por envolvimento nas questões políticas da sociedade enquanto o sexo feminino foi marcado por seus instintos maternos e por não inspirar receio, por se paciente e boa, características que deveriam ser naturais. Os valores e posturas eram transmitidos pela educação, um instrumento de conservação desses ideais nesse período. (FRANÇA; CEZAR; FELIPE; CALSA, 2007, p. 11).

Diante do que elucidaram os autores e que se deu a entrada da mulher na educação, vale salientar um outro fator predominante nessa mudança de papéis, como bem explicam os autores e como já foi discutido em outros tópicos desse trabalho, é que com a industrialização é com a baixa remuneração salarial da profissão docente o homem teve que assumir outra profissão para arcar com as despesas familiares.

O Parecer definia que quem estava apto para exercer o magistério seriam as mulheres, mas estas por sua vez teriam que ser senhoras, pois essa forma traria, mais tranquilidade para a família, já que as mesmas ministrarem aulas em uma sala mista, ou seja, do sexo feminino e masculino.

Os autores França, Cezar, Felipe e Calsa, (2007) explica uma outra relevância desse Parecer, os autores nos explica que esse documento era contrário ao que socialmente foi construído sobre a incapacidade intelectual feminina.

O Parecer 12º aborda a coeducação como um programa comum para todas as escolas e mesmo as mulheres sendo incapazes não haveria importância, pois, o ensino primário não apresenta tantas dificuldades como no ensino superior que não seria atribuído a esse sexo. “Sem sacrifício de seu desenvolvimento fisiológico e sem se ter o receio de exceder o seu poder mental, podem as alunas estudar as mesmas matérias que os alunos” (CONGRESSO DE INSTRUÇÃO 1882-1884, item XIII). (FRANÇA; CEZAR; FELIPE; CALSA, 2007. p. 12).

Contra a coeducação sugeriram várias pessoas que não concordavam com a presença da mulher na educação, esses sujeitos propagavam em seus discursos que a mulher era apta somente os afazeres domésticos e cuidar da família.

O documento Congresso de Instrução de 1882-1884 “não foi aprovado foi a luta e resistência contínua dos valores e condutas do momento vivenciado”. (FRANÇA; CEZAR; FELIPE; CALSA, 2007. p. 12)

Os autores salientam que a coeducação não foi aprovado pela sociedade pois a mesma representava perigo para o cumprimento da ordem, para a sociedade vigente se fazia necessário que a mulher fosse inferior ao homem e que recebesse uma educação totalmente inferior a ele, o medo dos conservadores era que as mulheres ocupassem o cargo ou lugares que os homens também ocupava e que dessa forma houvesse uma diminuição nos casamentos e com isso a redução dos filhos.

A não aceitação da educação para meninas e meninos igualitários permaneceu até o século XIX e XX, contudo, “as moças continuaram recebendo instrução para o casamento, para a importância da castidade e deveriam ser assexuadas”. (FRANÇA; CEZAR; FELIPE; CALSA, 2007, p. 13).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho foram seguidos os preceitos da pesquisa bibliográfica pois segundo Gil (2008) é desenvolvida a partir do material já elaborado em artigos científicos, livros e outros documentos devidamente registrado.

A pesquisa também se caracteriza como documental, para Gil (2008) a pesquisa documental se assemelha muito a pesquisa bibliográfica, a diferença de ambas é que a pesquisa documental vale-se de dois tipos de documentos, o primeiro documento é aquele que não recebeu nenhum tipo de tratamento analítico como: “documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc.” De outro lado, tem os documentos que já foram analisados como: relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2008, p. 70).

A pesquisa é de caráter exploratória, pois para Gil (2008) esse tipo de pesquisa possibilita ao pesquisador uma maior aproximação com o tema estudado para melhor explicitá-lo.

A abordagem utilizada foi a qualitativa e quantitativa, que para Gil (2008) a pesquisa quantitativa dá a possibilidade de analisar e quantificar os dados. A abordagem qualitativa possibilita ao pesquisador se aprofundar no tema investigado dando uma maior interpretação dos fenômenos.

3.2 Escopo da pesquisa

As pesquisas sobre a temática em estudo foram publicadas nas esferas selecionadas nos periódicos nacionais entre 2001 a 2018. Foram reunidos e analisados 70 trabalhos, o processo de exclusão foi de 19 trabalhos por não corresponderem a pesquisas científicas e não abordarem o tema “A presença do professor homem na educação infantil” e o de inclusão foi por pertencerem ao campo científico e por abordarem a temática, por fim foram analisadas 51 pesquisas relacionados ao tema nas categorias artigos 33, dissertações 3, teses 3, e 12 TCC no ano de 2001 a 2018. Por fim, foram utilizados dez (10) artigos científicos para a análise.

3.3 Instrumento de Coleta de Dados

O tema analisado é pouco discutido o que acarreta ter poucas produções em relação ao mesmo, as produções encontradas nos anos de 2001 a 2018 foi de 51 produções entre artigos, teses, dissertações, e TCC, essas pesquisas foram achados na busca pela internet com as seguintes palavras chaves: homem na educação; relações de gênero na educação infantil; professor do sexo masculino na educação infantil; preconceitos dos docentes do sexo masculino na educação infantil; trabalho do docente do sexo masculino na educação infantil.

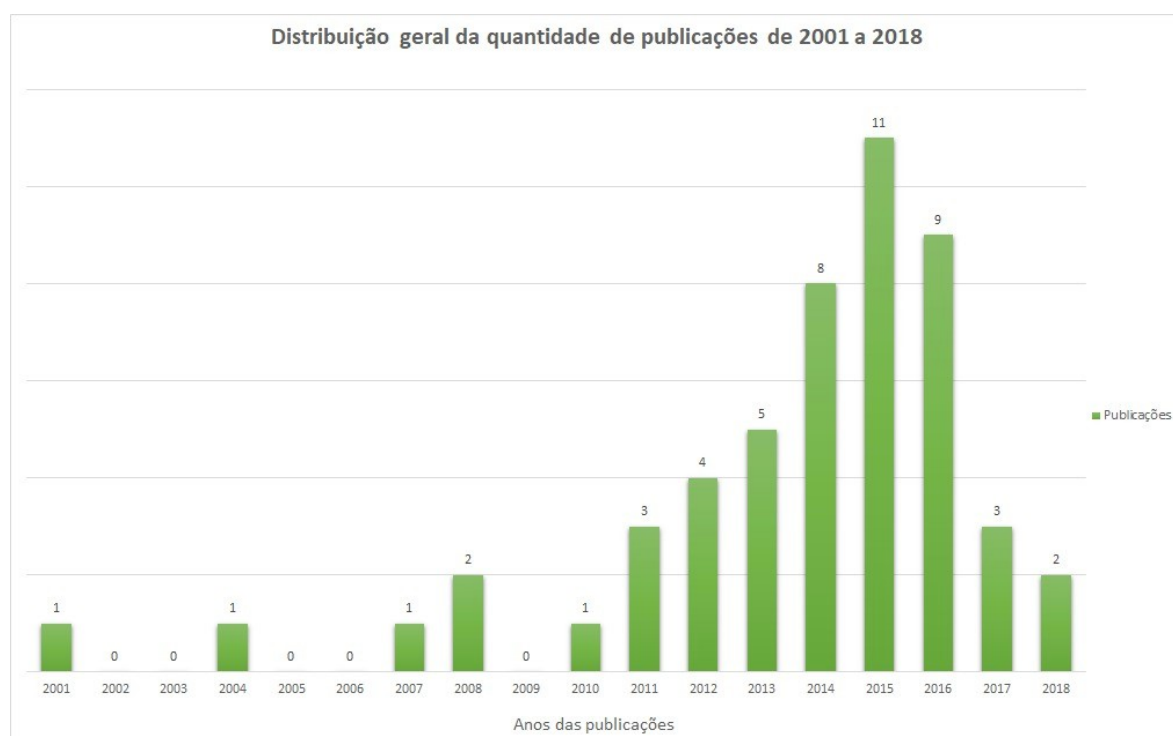
Primeiro foi feito uma leitura exploratória para selecionar toda a literatura (leitura rápida com o objetivo de pesquisar pela fundamentação da temática a qual seria desenvolvida) a segunda parte foi leitura seletiva (leitura aprofundada das partes que teria relevância para o desenvolvimento da pesquisa). E por fim foram feitos os registros extraído das informações da literatura estudada (autores, ano de publicação, revista, gênero dos autores, a natureza da autoria, a distribuição do tipo de trabalho).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando os objetivos deste trabalho, neste capítulo será apresentado o gráfico e as tabelas que foram utilizados para quantificar os trabalhos encontrados, assim como o gênero dos autores, as revistas e congressos a qual os trabalhos foram publicados, e quais os autores que tiveram mais pesquisas nesse campo de estudo e, por fim, será mostrado a análise de dez (10) artigos com o objetivo de conhecer o que dizem sobre a presença do professor do sexo masculino na educação infantil entre 2001 a 2018.

4.1 Dimensão quantitativa

Gráfico 1 – Apresenta a quantidade de publicações de 2001 a 2018.



Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com o gráfico, verifica-se que, do total de 51 publicações analisadas entre eles artigos científicos, teses, dissertações e monografias, percebe-se no gráfico que entre 2001 a 2018 as publicações acerca do tema ainda era muito escassa e que de acordo com os dados acima pode-se entender que as discussões sobre o homem na educação infantil ainda são muito limitadas.

A partir de 2011 a 2014 houve um crescimento mais significativo na discussão a respeito do tema. Nota-se no gráfico que no ano de 2015 foi o ano em que mais ocorreram publicações em relação aos anos anteriores. Dentre as publicações vistas o gráfico mostra que no ano de 2016 a 2018 houve apenas 14 (quatorze) publicações, ou seja, o mesmo gráfico aponta a diminuição de pesquisas acerca do tema.

Tabela 1 – divisão das publicações por categoria e quantidade.

Categorias	Quantidade de publicações
TCC	12
Teses	3
Artigos	33
Dissertações	3

Fonte: dados da pesquisa.

Diante da tabela 1 observou-se que das 51 publicações encontradas nos últimos 17 anos o predomínio dos artigos 33 (trinta e três) encontrados que abordam a temática estudada é bem superior à quantidade de teses, dissertações, e TCC vistos. Diante disso, é possível levantar questionamentos do porque as pesquisas referentes ao gênero masculino na educação infantil está tão escasso nos programas de mestrado e doutorado? E que fatores ocasionam a falta de produção nessa categoria?

Dessa forma, se tomarmos como referência a evolução de publicações de 2001 a 2018 veremos a supremacia de artigos sobre as outras categorias de pesquisas na área, os resultados apontam para uma presença tímida no conjunto de produções de outras categorias como teses e dissertações.

Tabela 2 – Distribuição da categoria do gênero dos autores e o tipo de autoria.

Gênero	Autoria Individual	Co-autores
20 Homens	20	5

31 Mulheres	9	17
-------------	---	----

Fonte: dados da pesquisa.

Como pode observar o tipo de autoria individual ou múltiplas, nota-se que os periódicos foram escritos na maioria, por mais de um autor que totaliza 22.

Ao se considerar a amostra de publicações individuais observou-se que a maior parte dos autores foram do sexo masculino com 20 publicações, em relação às publicações do sexo feminino que foram 9. Já de autoria múltiplas foram apenas 5 do sexo masculino e 17 do sexo feminino. Com esse número considerável de publicações do sexo masculino é possível atentar para estes dados como uma provável preocupação por parte do sexo masculino com a feminização do magistério bem como a desmistificação que a docência é propriamente do sexo feminino.

Tabela 3 – Apresenta os autores que mais publicaram nos periódicos analisados no período de 2001 a 2018, seguidos de quantas publicações nos anos em questão.

Autor	Quantidade	Ano	Revistas
Josiane Peres Gonçalves	6	4 em 2015 1 em 2016 1 em 2017	Zero-a-Seis Revista latino- americano de geografia e gênero Revista Quadrimestral Revista formação docente Pesquisa em foco e Revista Perspectiva
Mariana Kubilius Monteiro	2	2014	Caderno de Pesquisa
Rodrigo Ruan Merat Moreno	2	2018	Rio Educa Red Estrado.

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto aos autores que mais publicaram sobre a temática foi identificado de 2001 a 2018 apenas 3 (três), observa-se também que as publicações seguiram uma ordem temporal de 2014 a 2018 dos que mais publicaram nesses anos. Vale ressaltar que autora Josiane Peres Gonçalves tem 4 publicações no ano de 2015 na mesma linha de pesquisa sobre a presença masculina na educação infantil, a mesma conta também com autorias múltiplas, mas seguindo-se sempre como primeira autora em todos os artigos achados.

Vale salientar que esses autores estão ligados a diversas áreas de pesquisa, mas que se envolvem diretamente em investigações sobre a presença do sexo masculino na educação infantil.

Tabela 4 - Distribuição das publicações de acordo com a revista e o ano.

Revistas	Quantidade	Ano
Caderno de pesquisa	4	2014
Red Estrado	1	2018
Revista projeção à docência	1	2015
Interfaces da educação	1	2012
Revista em educação	2	2016
Revista formação docente	2	2015
Revista quadrimestral	2	2017
Itinerarius reflections - UFG	1	2015
Revista latino americano de geografia e gênero	1	2016
Revista Interciência	1	2016
Revista cadernos de estudos e pesquisa na educação Básica	2	2016
Pesquisa em foco	2	2015
Revista perspectiva	2	2016
Revista Zero-a-seis	1	2015
ANPED (associação	1	2015

nacional de pós-graduação e pesquisa em educação).		
--	--	--

Fonte: dados da pesquisa.

A tabela 4 apresenta as revistas a qual as pesquisas foram achadas de forma online no período de 2001 a 2018 todas pertencentes ao estudo pesquisado, ao total foram 16 revistas. A revista que mais publicou foi o caderno de pesquisa com 4 publicações todas no ano de 2014.

Diante disso, verifica-se que as publicações nos anais das revistas acerca deste tema ainda é pouco diante dos dados exposto o que nos leva a refletir sobre a pouca produção referente a este tema é a naturalização de como o mesmo é visto nos espaços de educação sejam eles de educação superior ou não.

Tabela 5 – Apresenta os eventos, a quantidade de trabalho e o ano.

Eventos	Quantidade	Ano
II CONEDU (congresso nacional de educação)	3	2015
III seminário internacional enlaçando sexualidade	1	2012
FIPED (forúm internacional de pedagogia)	2	2013
Congresso educere (congresso nacional de educação)	1	2013
COPEDI (congresso paulista de educação infantil)	2	2012

Fonte: dados da pesquisa.

Percebe-se na tabela 5 a quantidade de trabalhos apresentados, a mesma mostra que foram apenas três (05) eventos/congresso que teve trabalho na temática estudada. Os mesmos obtiveram de 1, 2, sendo o Conedu (congresso nacional de educação) com 3 trabalhos apresentados no mesmo ano. Observa-se que entre 2001 e 2018 eles começaram a aparecer somente nos anos de 2012 a 2015, diante dos dados coletados referentes às pesquisas apresentadas em congresso o que se evidencia é um número bastante pequeno de trabalhos apresentados em eventos sobre o gênero masculino na educação infantil.

4.2 Dimensão qualitativa

A seguir será apresentado a análise de dez (10) artigos com o objetivo de conhecer o que essas pesquisas apontam em relação ao sexo masculino na educação infantil.

No artigo “Relações de Gênero na Educação Infantil: Uma Análise em Escolas Municipais de Aracaju-SE” a metodologia utilizada foi a pesquisa de campo. O autor Oliveira (2012) aborda as relações de gênero, o que a sociedade impõe para que seja próprio do homem e da mulher e quais as influências que a educação sofre com isso. Oliveira (2012) explica-nos que a educação infantil é propriamente feminina porque a mulher cuida, dá carinho, atenção e amor. O autor pontua que as crianças fantasiam a presença do professor como pai, justamente pela forma como atualmente as famílias se configuram. Como resultado o artigo aponta que as discussões de gênero possibilitam pensar sobre como a sociedade impõe ser homem e ser mulher e seus comportamentos.

O artigo “O Trabalho com Educação Infantil sob o Olhar dos Graduandos em pedagogia do Sexo Masculino” a metodologia utilizada foi entrevista. Este artigo é resultado de uma pesquisa com os graduandos do curso de pedagogia o autor Silva (2013) mostra na mesma o que pensam os futuros pedagogos sobre a atuação na educação infantil e sua pesquisa é relatado que em geral os pedagogos não tem a intenção de trabalhar nesse nível de ensino, os mesmos acreditam que quem se enquadram nesse nível de ensino. O artigo aponta como resultado que os graduandos do curso de pedagogia evidenciam a mesma visão da população brasileira enlaçando o magistério a educação infantil ao feminino.

As pesquisadoras Monteiro e Altmann (2014) em seu artigo “Homens na Educação Infantil: Olhares de Suspeita e Tentativas de Segregação” a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e entrevista. A pesquisa apresenta uma análise da trajetória do profissional do sexo masculino, faz uma análise do ingresso e permanência dos mesmos na educação apontando os desafios que eles passam. Os resultados encontrados foi que os homens sofrem preconceitos em relação a masculinidade por causa da profissão escolhida.

No artigo “Docência Masculina e Educação Infantil: Diálogos Sobre Formação, Cotidiano e Gênero de Professores da Cidade do Rio de Janeiro – Brasil” a metodologia utilizada foi a pesquisa de campo. O autor Moreno (2017) elencou inúmeros estudos

relacionados ao homem na educação infantil. O artigo aponta como resultado que as relações de gêneros afetam a vida profissional e pessoal no magistério.

O artigo “Professores Homens na Educação Infantil: Aceitação e Receio dos Familiares que Vivenciam Essa Experiência.” a metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, mediante o uso da gravação de entrevista. As autoras Gonçalves; Capristos e Ferreira (2015) apresentam o que pensam os a família sobre o docente do sexo masculino na educação infantil. Os resultados deste artigo apontam que as mulheres têm mais habilidade para trabalhar com crianças pequenas e que os homens impõem, mas respeito e que existe também a preocupação com os cuidados do corpo como trocar fralda e do banho, no entanto a pesquisa aponta que para alguns entrevistados a importância é a formação e não o gênero.

O artigo “o Profissional do Gênero Masculino Na Educação Infantil: Com a Palavra Pais e Professores” o trabalho é apresentado por Lira; Bernardim (2015) tem como metodologia utilizada é baseada em pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Esse artigo reflete sobre as concepções a respeito do cuidar na educação infantil e a formação como do profissional que deve ser levado em consideração independente do gênero. O resultado apresentado é que por um lado, o reconhecimento da competência e por outro a feminização do magistério trouxe implicações no desenvolvimento do trabalho do homem na educação infantil e o profissional do sexo masculino é visto com estranhamento pela sociedade.

O artigo “Educação e gênero na docência da educação infantil” a pesquisa é apresentada pelas autoras Sousa; Vieira (2016) esta foi uma pesquisa de abordagem qualitativa e explicativa. Esse artigo explica o número baixo de homens na educação da cidade Picos (PI) ao mesmo tempo que discute o problema de se ter poucos homens na educação. O que constatou neste artigo foi a desnaturalização que a educação infantil é o espaço onde somente as mulheres podem ocupar.

O artigo “Estudo das Representações Sociais de Professores Homens de Mato Grosso do Sul Sobre o Trabalho Realizado com Crianças” as autoras Gonçalves; Carvalho (2016) utilizaram como metodologia a entrevista semiestruturada. O estudo tem por finalidade estudar as representações sociais dos professores homens na educação infantil. As autoras discutem que com o passar do tempo a docência ficou sendo a profissão adequada para as mulheres, desconsiderando o processo de formação profissional. O que se constatou no artigo foi que o docente masculino impõe maior autoridade e são melhores disciplinadores. Na

pesquisa as autoras mostram que os professores homens declararam que não acham impeditivo à formação para atuar com crianças pequenas.

O artigo “os homens na docência e a feminização do magistério” a metodologia usada por Araújo; Cunha (2013) foi questionário e entrevista. O artigo discute os fatores que levaram a naturalização de como é visto o magistério. O resultado obtido foi de que os professores e professoras lutam para quebrar os paradigmas de que só mulheres podem lecionar na educação infantil e de que os homens podem ser amorosos e cuidadosos com as crianças pequenas.

O artigo “Homens podem ensinar crianças pequenas? A experiência masculina de ensino nas etapas iniciais da educação básica” Rocha (2012) utilizou da pesquisa bibliográfica para levantar questionamentos do porquê da ausência do homem na educação infantil. A pesquisa apontou que é necessário que se discuta nos espaços de curso de formação docente de que é a falsa a premissa de que mulheres tem o “dom natural” de ensinar e cuidar de crianças na educação infantil.

Todos os artigos acima mencionados discutem exclusivamente sobre a presença do homem na educação infantil, eles têm pontos em comum como a metodologia e a crítica de se ter pesquisas a respeito desse assunto. Os artigos que mais evidenciam o homem na educação são: “O Trabalho com Educação Infantil sob o Olhar dos Graduandos em pedagogia do Sexo Masculino”, “Professores Homens na Educação Infantil: Aceitação e Receio dos Familiares que Vivenciam Essa Experiência”, “O Profissional do Gênero Masculino Na Educação Infantil: Com a Palavra Pais e Professores”, “Educação e gênero na docência da educação infantil”, “Homens podem ensinar crianças pequenas? A experiência masculina de ensino nas etapas iniciais da educação básica”. Os demais artigos abordam a feminização do magistério, o processo histórico que levou a docência ser tornar socialmente feminina, a formação do profissional que atua com crianças pequenas que deve ser levado em consideração independente do sexo.

A partir da leitura desses textos conseguimos sistematizar algumas categorias encontradas, são elas:

a) Preconceito: nos artigos analisados essa é uma categoria que mais aparece pelo simples fato do homem escolher ser pedagogo e professor dos anos iniciais, isso já é o suficiente para que o mesmo sofra preconceitos, pois aos olhos da sociedade não é correto o homem querer exercer um cargo que é exercido essencialmente por mulheres.

b) Desvalorização: a profissão docente não é valorizada socialmente o que conjuntura o baixo salário, o homem como chefe de família é preciso exercer em um cargo que seja adequada para um “pai de família”

c) Escolha profissional: essa questão aborda o “porquê” de os homens escolherem essa profissão, então em relação a isso são feitos vários questionamentos a respeito do tipo gostar de criança é o principal.

e) É questionado pelo país e até mesmo pela gestão e todo o corpo docente a intenção do sujeito em querer ser professor.

Em síntese, percebe-se que há pesquisadores na área de educação que investigam as causas que levam a exclusão do homem na educação e os preconceitos sofrido por essa classe ao escolher essa profissão, as pesquisas têm contribuído muito para a desmistificação de alguns conceitos em relação a gênero, porém ressaltado que as pesquisas na área ainda não é suficiente para acabar com o preconceito de gênero na educação.

Dentre os trinta e três (33) artigos vistos e dez (10) analisados nas quatorze (14) revistas e cinco (5) eventos encontrados do ano de 2001 a 2018 foram encontradas muitas referências, mas as mesmas tratam do tema de forma superficial, sem o aprofundamento da questão, deixando por vezes dúvidas. Rabelo afirma que:

Quando se trata do olhar masculino do professor desse segmento, quase não são encontradas referências ao tema; e mais, os preconceitos e discursos que frequentam a sociedade contemporânea são reafirmados no cotidiano escolar (RABELO, 2013, p. 909).

Para Araújo (2015) afirma que as discussões de gênero no Brasil têm poucos estudos o que resulta em pouca reflexão acerca do ser homem e ser mulher. Com isso, nota-se que para compreender a consequência da falta de discussões em relação a gênero é necessário colocar como relevante essa questão, se tratando em especial da docência.

Considerar relevante a discussão e o aprofundamento a respeito do papel de gênero na constituição dessa profissão significam compreender que o conceito de gênero está presente não só na experiência doméstica, mas em todos os sistemas econômicos, políticos ou de poder. Não pode ser considerada apenas uma variável a ser constatada, mas uma categoria de

análise fundamental para a compreensão da identidade dessa profissão[...] (ARAÚJO, 2015, apud CERISARA, 2002, p. 31).

É preciso compreender que da mesma forma que as mulheres fazem parte da educação básica os homens também fazem parte, ambos precisam ter consciência que eles possuem direitos iguais de exercerem tal profissão, mesmo que isso seja algo considerado algo que é “errado” para uma sociedade “socialmente correta”.

[...]destacamos que os estudos de gênero são importantes para a análise da presença dos homens em atividades socialmente consideradas femininas, pois o trabalho desses profissionais entra em conflitualidade com as expectativas e pode mostrar exceções aos padrões de gênero ou tentativas de reafirmação de sua masculinidade (RABELO, 2013, p. 911).

O homem que escolhe pela carreira docente sempre acaba por ocupar cargos de hierarquia na docência por sua representação está ligada a pedofilia e a homossexualidade. (ARAÚJO, 2015, p. 39) elucida-nos que: “Eles são vistos como autoridade sendo encaminhados, geralmente, para trabalhar na gestão da escola.”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou refletir sobre o gênero masculino na educação infantil através de um estudo bibliográfico. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as produções científicas do ano de 2001 a 2018 referentes ao professor do sexo masculino na educação infantil. Os objetivos específicos foram: a) Investigar na web produções científicas que refletem acerca de professores do gênero masculino na educação infantil. b) Compreender através das pesquisas levantadas qual a perspectiva que a comunidade acadêmica tem sobre o gênero masculino na educação infantil.

Tal abordagem propiciou conhecer quais as pesquisas que envolvia este tema, e o que as mesmas explicavam sobre o gênero masculino na educação infantil.

Observou-se que na categoria das pesquisas sobre a temática estudada de 2001 a 2018 o que mais foi publicado foram os artigos com um número de trinta e três (33) trabalhos, que abordavam temas como a feminização do magistério, e a presença do homem na educação infantil, vale ressaltar que a partir da análise feita constatou-se que os artigos investigaram desde os preconceitos sofridos por essa classe até as origens do desaparecimento do gênero masculino na educação infantil.

Diante das pesquisas encontradas no ano de 2011 a 2018 percebe-se que o ano de 2011 foi o ano com mais publicações a respeito do tema e que de lá pra cá houve uma queda significativa nas publicações, também é importante ressaltar o gênero desses autores, notou-se que houve publicações do gênero masculino nesse período, então, percebe-se que a preocupação dessa classe por esse tema está despertando para um tema que diz respeito a eles, essa preocupação é muito importante, pois contribuirá de forma significativa para que outros homens assumam o papel de professores na educação infantil desmistificando conceitos e estereótipos.

Salientamos que essa pesquisa propõe também dar visibilidade a esses sujeitos que são a minoria nessa profissão, foi possível também apresentar a relevância dos artigos da mesma forma que as pesquisas analisadas apontam que essa temática tem sido pouco discutido nos anos de 2001 a 2018 e que isso contribuirá significativamente para a ampliação do preconceito sofrido pelos docentes do sexo masculino na educação infantil.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e de um tema que ainda é pouco discutido na esfera acadêmica, houve uma grande dificuldade em encontrar referências associadas ao

tema. Diante disso, ressalto a importância de novas pesquisas relacionadas ao tema, pois a construção histórica de gêneros fez com houvesse essa separação de ambos, distinguindo as profissões de acordo com o gênero, essa distinção social fez com o homem sofresse preconceitos e discriminação pela escolha da profissão. Ao analisar os artigos ficou evidente que há uma supremacia masculina a qual tornou o trabalho pedagógica incompatível com a educação infantil.

Diante disso, poucos artigos tratavam especificamente do gênero masculino na educação infantil, a maioria dos artigos abordavam a feminização do magistério procurando problematizar as causas e consequências disso para o docente do sexo masculino e para o âmbito educacional.

Foi possível identificar nas categorias analisadas nos artigos o preconceito que os docentes do sexo masculino enfrentam ao escolher essa profissão, este preconceito está atrelado a pedofilia, ocasionando ao docente ter que provar suas intenções diariamente para a comunidade escolar.

É necessário entender as necessidades e os cuidados das crianças da educação infantil, assim também como se faz importante entender a cultura a qual ela está inserida e sua convivência com a sociedade, vale salientar que as interações e intervenções desses sujeitos necessitam ter uma infância plural que ofereça o contato com a diversidade, inclusive a de gêneros.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lucélia C.; CUNHA, R. C.. Os homens na docência e a feminização do magistério. **In: XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 2013, Curitiba, PR. XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE: Formação docente e sustentabilidade: um olhar transdisciplinar. Curitiba, PR: PUCPR, 2013. p. 11245-11258. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8593_4730.pdf> Acesso em: 11 ago. 2018.

ARAÚJO, Suzana Medeiros Diniz. **A docência masculina**: estado da arte e a realidade do DF. Universidade de Brasília. 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/13122/1/2015_SuzanaMedeirosDinizAraujo.pdf> Acesso em: 10 ago. 2018.

ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Caderno de pesquisa**, n.113. p.167-184, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a09n113.pdf>>. Acesso em: 04 maio. 2018.

BÍSCARO, Claudia Regina Renda. **A construção das identidades de gênero na educação infantil**. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2009. 138 p. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8069-a-construcao-das-identidades-de-genero-na-educacao-infantil.pdf>>. Acesso em: 01 de jul. 2018.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Imprensa Oficial, Brasília: 1998.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. CNE / CEB. **Resolução nº 05**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n 9394 de 20 de dezembro de 1996, Brasília.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHAMON, C. S. Ensinando Meninos e Meninas: a coeducação dos sexos na corte carioca no final do império. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, Curitiba. **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2004. Acessado em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/304.pdf>> acesso em: 11 jul. 2018.

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos...**

Curitiba: PUCP, 2013. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/10151_5252.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2018.

CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.copedi.ufscar.br/>> acessado em: 11 ago. 2018.

_____; CAPRISTO, Z. R. N.; FERREIRA, V. C. M. Professores homens na educação infantil: aceitação e receio dos familiares que vivenciam essa experiência. **Pesquisa em Foco** (UEMA), v. 20, p. 136-154, 2015.

_____; CARVALHO, V. S. C. Estudo das Representações Sociais de Professores Homens de Mato Grosso do Sul Sobre o Trabalho Realizado com Crianças. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**. v. 7, p. 93-104, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/7920>> acesso em: 11 Ago. 2018.

FRANÇA, Fabiane Freire et al. A coeducação dos sexos na escola pública brasileira: 1870-1932. **Histedbr**, Campo Grande, v. 01. p. 01-20, 2010. Disponível em :<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/GT1%20PDF/A%20CO-EDUCA%C7%C3O%20DOS%20SEXOS%20NA%20ESCOLA%20P%DABLICA%2> acessado em: 12 jul. 2018.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor**: Paulo Freire e a paixão de ensinar. 1. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2018.

GOMES, A. C.S. **Reflexões sobre o professor do sexo masculino na educação infantil**. São Gonçalo, RJ: UERJ, 2014. Disponível em: <<https://ww.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/Monografia.pdf>>. Acesso em: 04 maio. 2018.

GONÇALVES, Josiane Peres; DA PENHA, Natalia Ribeiro. Professor homem na educação infantil: o olhar de acadêmicos e alunos egressos do curso de pedagogia. **zero-a-seis**, v. 17, n. 32, p. 170-192, 2015.

GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade: estudos de gênero. **Cadernos de Área 9**, Goiânia, v. 9, p. 29-46, 2000. Disponível em: <http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf> Acesso em: 24 ago. 2018.

LIRA, A. C. M.; BERNARDIM, G. P. O profissional do gênero masculino na educação infantil: com a palavra pais e professores. **POIÉSIS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação** (Unisul). v. 9, p. 80-97, 2015.

MAIA, Janaína Nogueira. **Concepções de crianças, infância e educação dos professores de educação infantil.** Campo Grande, MG: UCDB. 2012. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/11459-janaina-nogueira-maia>>

Acesso em: 07 jul. 2018.

MONTEIRO, M. K.; Altmann, Helena. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso). v. 44, p. 720-741, 2014.

MORENO, R. R. M. Docência masculina e educação infantil: diálogos sobre formação, Cotidiano e Gênero de Professores da Cidade do Rio de Janeiro. In: Seminário Internacional de la Red Estrado, 2017, Cidade do México. **Anais...** la Red Estrado, 2017. Disponível em: <http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo8/166.pdf> acesso em: 11 ago. 2018.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, D. A. Relações de Gênero e Educação Infantil: Uma Análise em Escolas Municipais em Aracaju – In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 3., 2012, Aracaju. **Anais...** Sergipe: Ed. UFU, 2012.

PEREIRA, Vilma Alves. **Pensando a infância nos contextos atuais:** uma leitura a partir do conceito de indústria cultural. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1207/1022>> acesso em: 06 de jul. 2018.

RABELO. A. O. Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 907-925 out./dez. 2013. Acessado em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n4/aop1132.pdf>> Acesso em: 23 fev. 2018.

RAMOS, J.; XAVIER, M. C. A presença de educadores do sexo masculino na educação e cuidado de crianças pequenas. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos. UFSC. 2010. santa catarina. **Anais...** Santa Catarina: UFSC, 2010. disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277930497_ARQUIVO_Artigo-FAZENDOGENRO-versaofinal.pdf>. acesso: 14 de maio. 2018.

ROMÁRIO, Lucas. O trabalho com Educação Infantil sob o olhar dos graduandos em Pedagogia do sexo masculino. In: Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: subjetividades e contradiscursos, 2013, João Pessoa/PB. IV Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: subjetividades e contradiscursos. **Anais...** João Pessoa/PB: Editora da UFPB, 2013. Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/4/gt03/12.pdf>> acesso em: 11 Ago. 2018.

REVISTA HISTEDBR on line. Campinas. n 33, p. 78-95. mar. 2009. ISSN: 1676-2584 disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT14092013163751.pdf>> acesso em:

07 jul. 2018.

REVISTA FIPEd. Rio Grande do Sul, 2014. VI Fórum internacional de pedagogia, 2014, Rio grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul. Santa Maria. ANPGP, 2014. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_2datahora_29_05_2014_10_58_00_idinscrito_1227_1c47f46fb3b795994185bdf70e9a7347.pdf> acesso em: 02 maio 2018

SOUZA, A. M; VIEIRA, M. D. S. Educação e gênero: homens na docência da educação infantil. **Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**, Teresina, v. 4 n. 1, p. 190-194, 2016. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/parfor/article/view/5597/3305>> Acessado em: 11 ago. 2018.

.SOUSA, J. E. Homem Docência com Crianças Pequenas: O Olhar das Crianças de um centro de Educação Infantil. In: 37ª Reunião Anual da ANPED, 2015, Florianópolis. Anais da 37ª Reunião Anual da ANPED, 2015.

TELES, F. P.; RODRIGUES, A. C. V. O cuidar e o educar na educação infantil: narrativas de professoras. In: Fórum Internacional de Pedagogia, 2012, Parnaíba-PI. Anais Fiped, 2012. v. 1. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/4462bf0ddbe0d0da40e1e828ebeb11.pdf>> acessado em: 09 ago. 2018.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninos e meninas na educação infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**. v.33, p. 265-283, 2009.